

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Campestre do Maranhão-MA, 02 de Maio de 2024.

Oficio N.º 053/2024 - SMI Ao Senhor JASIEL DE OLIVEIRA LIMA Secretário Municipal de Planejamento

Ref.: Solicita ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 054-2022, oriundo do Processo a Administrativo n 017/2022 e TOMADA DE PREÇOS N 001/2022.

Senhora Secretária,

O MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, celebrou Contrato nº 054-2022, através de procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022, Junto a empresa ENGESERV CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/MF n.º CNPJ nº 31.570.201/0001-58, estabelecida na rua Carlindo da Mota , s/n, Porto Franco — MA - CEP: 65970-000, neste ato, representada pelo, Sr. Alexandre Estrela Guimarães, portador da Carteira de Identidade nº 0457170720127- SSP/MA e do CPF nº 611.746.823-70, tendo como objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia para construção de uma praça no Município de Campestre do Maranhão-MA, com PRAZO DE EXECUÇÃO DE 180 (Cento e oitenta) dias, conforme descrito no cronograma físico financeiro do projeto executivo e proposta de preços vencedora apresentada.

Considerando que já foi iniciada a execução do referido objeto pela contratada. Visto que o mesmo enfrenta dificuldades terríveis de continuidade devido ao período de inverno que se encontra muito chuvoso, não sendo possível dar continuidade às obras de forma normal e contínua, uma vez que tal procedimento pode acarretar perda de materiais e serviços, onerando a obra e comprometendo a qualidade e segurança do mesmo.

Considerando ainda o que consta na legislação vigente mais especificamente no que expõe os Art. 57 da Lei federal nº 8.666/93, solicitamos de Vossa Excelência, autorização para aditivar o prazo de execução dos serviços do contrato original ficando prorrogada com validade até 03 de novembro de 2024, conforme dispõe o os Art. 57 da Lei federal nº 8.666/93, sendo desta forma celebrando o 4º Termo Aditivo ao presente contrato firmado entre as partes.

Atenciosamente,

JASIEL RODRIGUES BEZERRA

Secretário adjunto de Infraestrutura Portaria nº 23/01/2021



PORTARIA Nº 23, DE 08 DE JANEIRO DE 2021

"Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal para exercer cargo em comissão e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, **FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais com fundamento no Art. 76, VI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. Iº NOMEAR, o(a) Sr(a). Jasiel Rodrigues Bezerra, portador(a) do documento de identidade RG nº 0305923943, GEJUSPC/MA, e CPF nº 728.845.763-04, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto de Infraestrutura, do quadro de servidores comissionados da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01.01.2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, AOS 08 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021.

LERHAUDO OLIVEIRA DA SILVA Prefeito Municipal





AUTOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2022 CONTRATO Nº 054/2022

ASSUNTO: SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO ADITIVO.

DESPACHO

Em atendimento ao Ofício N.º 053/2024 – SMI, encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, por meio de seu secretário adjunto, datado de 02 de Maio de 2023, solicitando autorização para celebração de Termo Aditivo visando prorrogar os prazos por mais 180 (cento e oitenta) dias conforme preconiza o Art. 57 de Lei 8.666/93, em concordância com o contrato celebrado entre o Município de Campestre do Maranhão-MA e a empresa **ENGESERV CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ/MF n.º CNPJ nº 31.570.201/0001-58, estabelecida na RUA CARLINDO DA MOTA, S/N, PORTO FRANCO – MA - CEP: 65970-000, neste ato, representada pelo, Sr Alexandre Estrela Guimarães, portador da Carteira de Identidade nº 0457170720127-SSP/MA e do CPF nº 611.746.823-70.

Inicialmente observa-se que tal contratação se deu por meio de regular procedimento licitatório e que a empresa contratada vem cumprindo com as obrigações de execução contratual assumidas, ressalvados os casos devidamente justificados no ofício supramencionado.

Na eventualidade de aditivar o prazo legal supramencionado, conforme **CLÁUSULA SEXTA** do contrato inicial, entendendo que a continuidade dos serviços objeto da presente contratação é de suma importância à esta municipalidade, o que nos deixa a vontade para decisão favorável.

Ante ao exposto encaminho os autos à Assessória Jurídica para análise e manifestação de parecer sobre a viabilidade legal do procedimento mediante celebração do Quarto Termo Aditivo.

Que voltem a mim os autos.

Campestre do maranhão - MA, 02 de Maio de 2024.

JASIEL DE OLIVEIRA LIMA

Secretária Municipal de Planejamento



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



CONTRATO Nº XXX - 202

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação por prazo de execução por período igual ao estabelecido na **CLAUSULA TERCEIRA** do contrato objeto a nova vigência com início em XX de XXXX de XXXX e término en XX de XXXX de 20XX.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO:

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos, prevista para o exercício financeiro de 202 (dois mit e vinte e):

ORGÃO 01 = PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

UNIDADE 06: SECRETAR A MUNICIPAL DEXXXXXXXX

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 244 0019 1009 0000 - CONSTRUÇÃO DE

XXXXXXXXXX

NATUREZA: 4.4.98 51.00 – Obras e Instalações.

Recurso - 1,66 R\$ 400.000,00

CLÁUSO TERCEIRA — DA RATIFICAÇÃO.

Fican ratificadas as todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO original não conflitantes presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato, na imprensa oficial nos termos do parágrafo único do Art. 61 da lei 8.666/9, correndo as despesas às expensas do CONTRATANTE.

E, por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes das partes.





Campestre do Maranhão - MA, XX de xxxxxx de 2024.

	CONTRATADO XXXXXXXXXXX CNPJ/MF nº XXXXXXXXXX Nome do Representante Legal CPE/MF:	- N
	Nome do Representante Legal	DITI
TESTEMUNHAS:	and Dr.	
NOME:	CPF/MR	
NOME:	CPF/MF:	
WITA DE	CPEMP: CPEMP:	
M		





PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Planejamento

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2022

TERMO DE CONTRATO nº 054/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022

OBJETO: Aditivo para prorrogação do prazo de execução de obra de engenharia para construção de uma praça no Município de Campestre do Maranhão-MA.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. TERMO ADITIVO. CONTRATO VIGENTE. PREVISÃO LEGAL. APROVAÇÃO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL POR ADITIVO. ASPECTOS FORMAIS OBSERVADOS. PELO DEFERIMENTO.

I. RELATÓRIO

Versam os presentes autos acerca de requerimento da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA para que seja analisado juridicamente a legalidade e possibilidade de se aditivar o Termo de Contrato nº 054/2022, o qual refere a prorrogação do prazo de execução Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia para construção de uma praça no Município de Campestre do Maranhão-MA.

O contrato ora verificado, ainda em vigência, segue para aditivo de prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com validade até o3 de Novembro de 2024, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Assim, com a vigência contratual próximo do seu término, este parecer analisa quanto à possibilidade de prorrogar o prazo do referido instrumento contratual, para a realização do **quarto termo aditivo**.

É o breve relatório.

May May





II. ANÁLISE JURÍDICA

Após análise nas documentações acostadas nos Autos do Processo em epígrafe, e considerando a prestação de serviços executados de forma contínua, constatou-se que, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, atendendo o disposto no artigo 57, II, § 1º, da lei federal nº 8.666/93, não extrapolando o limite de prorrogação.

Ressalta-se ainda, que, a solicitação de Aditivo de Prazo de Execução do Contratual por mais um período de o6 (seis) meses, conforme cronograma físico financeiro do projeto executivo anexo I do edital, com início em o3 de Maio de 2024 e término em o3 de Novembro de 2024, conforme a solicitação de prorrogação de prazo de execução em anexo.

Desta forma, justifica-se a elaboração do 4º TERMO ADITIVO do CONTRATO tendo em vista, a satisfação dos requisitos legais e restando livre de vícios o contrato firmado entre as partes.

Inicialmente deve-se destacar que nos contratos celebrados pela Administração Pública pode-se falar em prorrogação do contrato por acordo entre as partes, se a situação fática se enquadrar em uma das hipóteses dos incisos do art. 57, caput ou dos incisos do §1º, do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Assim, a prorrogação de prazo deve resultar do consenso entre as partes contratantes, ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, consoante exigências determinadas no §2º do art. 57 da Lei das Licitações e Contratos.

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade e legalidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)





§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor, e, dessa forma, amoldando-se perfeitamente a presente pretensão no que prescreve o art. 57, Inciso II e o § 2º, da Lei 8.666/93.

Nota-se, portanto que, a solicitação do termo aditivo em questão, respeita todos os requisitos legais para prorrogação do prazo, pois:

- 1. Trata-se de fato imprevisível, alheio à vontade das partes, por alterar as condições de execução do contrato;
- 2. Houve justificativa plausível, através de documento solene. (conforme consta em anexo)
 - 3. Foi determinado prazo de vigência do contrato;

Cumpre ainda ressaltar que, obras públicas de grande porte estão sujeitas a morosidade, o que dificulta ou até impossibilita sua completa execução em curto prazo.

A doutrina faz alusão aos ensinamentos do mestre Hely Lopes Meirelles (Licitação e contrato administrativo. 10. ed. São Paulo: RT, p. 230):

"Nos demais contratos, como no de empreitada de obra pública, não se exige, nem se justifica cláusula de prorrogação, porque o contrato não se extingue pela fluência do prazo fixado, mas sim pela conclusão da obra. Nestes contratos o prazo é apenas limitativo do cronograma físico, e será prorrogado (com ou sem mora das partes) tantas vezes quantas sejam necessárias para a conclusão da obra independentemente de previsão contratual".

Diante dessas informações, pode-se asseverar que o fundamento jurídico utilizado se mostra formalmente adequado. Quanto aos aspectos técnicos, vale acentuar que é de responsabilidade da Administração a veracidade dos motivos alegados, bem como a decisão acerca da necessidade aumentar a vigência de execução do Contrato.

Ainda quanto às justificativas técnicas apresentadas, relembre-se que não está na seara da Procuradoria avaliá-las ou emitir juízo sobre a necessidade de prorrogar a vigência de execução do contrato, pois essa tarefa envolve aspectos de

B





caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.

Cumpre, porém, alertar que a "teoria dos motivos determinantes" preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conforme já manifestado, opina favoravelmente pelo prosseguimento do feito, por não existir óbice legal.

Desta feita, infere-se que o processo se encontra devidamente instruído e fundamentado, pelo que esta Assessoria Jurídica opina e conclui pela legalidade do deferimento do termo aditivo do contrato original, com fundamento nos artigos 57, II, § 1°, e art. 60 e seguintes da Lei 8.666/93.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Encaminha-se ao setor competente para as devidas providências.

Campestre do Maranhão/MA, o3 de Maio de 2024.

PAULO ERNANE RODRIGUES SILVA JUNIOR

Procurador Geral do Município Portaria nº 27/2022



SECRETARIA DE **PLANEJAMENTO**



QUARTO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO Nº 054 - 2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA, E A EMPRESA ENGESERV CONSTRUTORA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento particular, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA, com a sede na Rua Onildo Gomes, nº 134 - Centro, Estado do Maranhão, CEP: 65.968-000, inscrita no CNPJ Nº 01.598.550/0001-17, representada pelo Secretário Municipal de Planejamento Sr. Jasiel de Oliveira Lima, Portador do documento de identidade RG nº 06468820702, SSP/MA e do CPF nº 018.521.613-70, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro lado a empresa ENGESERV CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/MF n.º CNPJ nº 31.570.201/0001-58, estabelecida na RUA CARLINDO DA MOTA, S/N, PORTO FRANCO – MA - CEP: 65970-000, neste ato, representada pelo, Sr Alexandre Estrela Guimarães, portador da Carteira de Identidade nº 0457170720127-SSP/MA e do CPF nº 611.746.823-70,, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo TOMADA DE PREÇO nº 001/2022, Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão-MA e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução ao contrato original nº 054-2022, por mais 06 (seis), meses ficando a nova vigência com início em 03 de maio de 2024 e término em 03 de Novembro de 2024, conforme cronograma físico financeiro do projeto executivo anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO:

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos

ORGÃO 01 = PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO UNIDADE 10: SEGRECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 15 451 0033 1034 0000 — Construção, Reforma e Ampliação de Praças

NATUREZA: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

CLÁUSULA TERCEIRA — DA RATIFICAÇÃO.

Ficam ratificadas as todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO original não conflitantes com o presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato, na imprensa oficial nos termos do parágrafo único do Art. 61 da lei 8.666/9, correndo as despesas às expensas do CONTRATANTE.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



E, por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes das partes.

Campestre do Maranhão - MA, 03 de Maio de 2024.

SÉCRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

JASIEL DE OLIVEIRA LIMA

Secretário Municipal de Planejamento

CONTRATANTE

ENGESERV CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF N.º CNPJ Nº 31.570.201/001-58 Nome do Representante Legal

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF/MF: <u>()() 1 - 1</u>

_

NOME:

3PF/MF: <u>_C</u>>